

# **CULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

***Eduardo A.S. Geraldles***

*Doutorando da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas FFLCH-USP- Departamento de Geografia; Professor Adjunto do ICH da Universidade Paulista UNIP.*

***Elisabeth A.Dudziak***

*Doutoranda da Escola Politécnica EP-USP Departamento de Engenharia de Produção.*

## **SUMÁRIO**

1. INTRODUÇÃO
2. CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONCEITOS ENVOLVIDOS
3. POR UMA VISÃO COMPLEXA
4. O CASO DA VILA DE PICINGUABA
5. RESULTADOS
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

## **RESUMO**

O trabalho analisa a situação das populações tradicionais costeiras no país e as possibilidades de implementação de projetos, a partir da aplicação de políticas públicas, que visem o desenvolvimento sustentável, tendo por base seu patrimônio histórico, cultural e as estreitas ligações estabelecidas com o meio ambiente.

Enfocando as relações entre o global e o local quanto à apropriação da paisagem e dos bens culturais como ativos econômicos ligados ao turismo, é analisado o caso da Vila de Picinguaba, Ubatuba, litoral norte de São Paulo. Em função de seu tombamento como patrimônio cultural e ambiental, são analisadas as consequências locais resultantes das medidas oficiais implementadas.

O objetivo do trabalho é analisar e compreender as repercussões de medidas oficiais de preservação de regiões costeiras que apresentam perfil de preservação tanto cultural e histórica quanto ambiental e paisagística, a partir da criação de áreas qualitativamente diferenciadas e protegidas. O trabalho pretende ser uma contribuição para a compreensão das diferentes dimensões envolvidas na elaboração e implantação de projetos de preservação e de desenvolvimento sustentável, particularmente no que se refere à abordagem sistêmica da matéria.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Desenvolvimento sustentável, administração pública, meio ambiente, culturas tradicionais, preservação cultural.

## **1. INTRODUÇÃO**

Em anos recentes a sociedade tem se defrontado com significativos desafios envolvendo as relações entre meio ambiente, cultura e a necessidade de implementação de práticas sustentáveis capazes de garantir sua preservação e desenvolvimento. A evidente tensão existente entre o global e o local quanto à apropriação da paisagem e dos bens culturais como ativos econômicos ligados ao turismo é uma questão que tem suscitado debates sobre o impacto da aplicação de políticas traçadas pelos órgãos governamentais sobre as populações locais.

O objetivo deste trabalho é analisar e compreender as repercussões de medidas oficiais de preservação cultural, histórica, ambiental e paisagística nas regiões costeiras, que vieram a criar áreas qualitativamente diferenciadas e protegidas. Procura-se observar a situação das populações tradicionais costeiras no Brasil e as possibilidades de implementação de projetos de desenvolvimento sustentável, a partir da aplicação de políticas públicas, tendo por base seu patrimônio histórico, cultural e ambiental.

O objeto do estudo de caso é a Vila de Picinguaba, Ubatuba, litoral norte de São Paulo. Parte-se do estudo dos parâmetros de adequação das práticas sustentáveis e da preservação dos aspectos culturais e históricos caixas às necessidades locais, observados sob a perspectiva da complexidade. O presente trabalho pretende ser uma contribuição para a compreensão das diferentes dimensões envolvidas na elaboração e implantação de projetos de preservação e desenvolvimento sustentável.

## **2. CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONCEITOS ENVOLVIDOS**

A discussão do conceito de desenvolvimento sustentável aplicado aos sistemas sociais liga-se diretamente à interação entre cultura e meio ambiente. Os processos de globalização e seus desdobramentos econômicos, sociais e políticos, aliados às facilidades de acesso a quase todas as localidades têm provocado fortes movimentos de reorganização social, econômica e espacial, atingindo principalmente comunidades mais simples. Tais mudanças nem sempre resultam em desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento a ser admitido é aquele que busca a melhoria da qualidade de vida de uma determinada população, considerando-se os diferentes contextos envolvidos: local, regional, nacional. Não se trata de entender o desenvolvimento enquanto eficácia econômica e acúmulo de bens, posto que esta noção é inadequada e redutora. A percepção de uma dada realidade deve se pautar pela observação e pela compreensão de diferentes níveis de complexidade. Desta forma, o conceito de desenvolvimento deve ser abordado como um conjunto de relações complexas entre sociedade e meio ambiente.

Segundo Sachs (1993), ao examinarmos uma realidade que se propõe sustentável, diferentes dimensões da sustentabilidade devem ser consideradas: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. A sustentabilidade social remete à equidade social, a econômica trata da gestão eficiente dos recursos produtivos, a ecológica refere-se à preservação dos ecossistemas, enquanto que a sustentabilidade espacial diz respeito à busca pelo equilíbrio espacial da configuração rural-urbana dos assentamentos humanos. A sustentabilidade cultural diz respeito à diversidade cultural aceita como fator de enriquecimento da cultura e de sobrevivência das práticas e valores tradicionais que formam a base cultural de uma dada comunidade.

Assim, já são sensíveis os avanços na discussão do tema em relação àquela primeira definição apresentada pela Comissão Brundtland<sup>1</sup>, segundo a qual *o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades*.

Como proposto pela UNESCO (1997), não faz sentido falar de desenvolvimento e cultura como conceitos separados e estanques, já que são produtos e produtores recíprocos. A sustentabilidade cultural enfatiza a visão da complexidade enquanto a construção de um tecido sobre o qual a comunidade ancora seus valores e práticas, renovando sua disposição de ser uma comunidade. Portanto, é necessário observar o desenvolvimento local simultaneamente como produto e produtor de re-organizações culturais, sociais, econômicas e ecológicas.

Em termos locais o desenvolvimento sustentável é encarado como a busca por um equilíbrio dinâmico, não linear (e portanto difícil de ser previsto e controlado), que busca conciliar diferentes lógicas, muitas vezes conflitantes: a lógica econômica que tende a maximizar lucros e expandir mercados; a lógica social que busca a melhoria das condições de vida e a preservação da história e valores culturais; e a lógica do meio ambiente que aponta para a preservação ambiental e dos ecossistemas. Em meio ao embate entre estas diferentes lógicas constroem-se a paisagem, a cultura expressa enquanto identidade cultural, conceitos inter-relacionados e indissociáveis.

Pode-se dizer que a paisagem é, em sua essência, formada por conjuntos de fragmentos da história social da comunidade e reflexo de processos naturais e sociais. Constituindo um todo percebido através dos sentidos, a paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações entre homem e natureza (SANTOS, 1997).

O conceito de paisagem, apesar da polissemia e das dificuldades de definição inerentes, está centrado em seus aspectos simbólicos e históricos inerentes ao seu processo de construção, não obstante sua perspectiva física, ecológica e normativa. Evidencia-se assim seu caráter de entidade dinâmica, produto da interação do homem e do meio, organizada em um todo complexo em contínua mudança: testemunha espaço-temporal da memória social.

Para uma leitura da paisagem local, é imprescindível entender a paisagem como produto de um processo de construção e evolução do espaço social, pois a função da paisagem está indissoluvelmente ligada ao funcionamento da sociedade em sua totalidade. Sua realidade é histórica, podendo ser entendida em associação com o espaço social (SANTOS, 1997). Por ser também um produto da dinâmica social, a paisagem se apresenta enquanto registro material das transformações culturais, o que implica, necessariamente em considerar também a cultura como um processo contínuo:

*“ As culturas humanas são transmitidas de uma para outra geração através de um processo educativo designado de endoculturação ou socialização ...Com isso, cria-se um processo cumulativo de enriquecimento de estratégias e soluções culturais de uma para outra geração, designado de dinâmica cultural.”* (VIERTLER, 1988, p.8)

A dinâmica cultural não só se estabelece por mecanismos endógenos, mas também pelas relações interculturais. Segundo Laraia (1986), a mudança cultural se apresenta como resultado de dois

---

<sup>1</sup> Our Common Future. N.York: United Press, 1987.

processos distintos: o primeiro é interno e resulta da dinâmica própria do sistema cultural, enquanto o segundo é resultado do contato de um sistema cultural com outro, denominado de processo de aculturação.

Particularmente em relação à cultura caiçara, característica do litoral do sudeste brasileiro, a busca pelo entendimento de sua dinâmica tem sido alvo de diversos autores. Alguns produziram verdadeiros clássicos sobre o assunto: Willems (1952), Mussolini (1953) e França (1954) são citados em praticamente todos os trabalhos que abordam a questão do caiçara, e, juntamente com Cândido (1964), que especificamente trata da cultura caipira, estabelecem em consonância as características básicas destas culturas, a caiçara e a caipira:

- .o modo de vida ligado aos ciclos e recursos naturais;
- .a noção de território coletivo ou familiar (posse) como espaço de reprodução econômica e social;
- .a prioridade para as atividades de subsistência;
- .a reduzida acumulação de capital;
- .a estrutura social e atividade econômica baseada na unidade familiar, doméstica ou comunal e nas relações de parentesco e compadrio;
- .a tecnologia simples e rudimentar.

Tais características das comunidades tradicionais vêm sendo adotadas indiscriminadamente como modelo naqueles projetos de desenvolvimento sustentável com base na comunidade. Porém, deve-se lembrar que esses ‘clássicos’ foram produzidos em um período (décadas de 40 e 50) em que a realidade nacional sofria transformações importantes, como a urbanização e a intensificação do processo de industrialização.

Sob esta perspectiva se estabeleceram os conceitos e a imagem da cultura caipira e da cultura caiçara, criando estereótipos de uma sociedade rural tradicional em oposição à sociedade urbana/industrial emergente. Desta forma cabe a crítica à adoção de tal referência espaço-temporal fixa para caracterização de determinada cultura e sua transposição e generalização enquanto “comunidade”, em oposição à noção de processo dinâmico e particularizado de cultura. Esta visão reducionista permeou todos os projetos governamentais brasileiros direcionados à preservação das culturas tradicionais.

Ligados à cultura de maneira inerente estão os conceitos de identidade e de memória. A identidade é suporte da memória e da interação de ambos se origina a definição de patrimônio cultural.

Identidade implica semelhança a si próprio e fundamenta a condição de vida psíquica e social do indivíduo. No contexto contemporâneo, a identidade tem sido um dos conceitos mais discutidos e importantes. Se anteriormente podia ser trabalhada por seu aspecto “exclusivo” (no sentido de exclusão, escolha por eliminação de alternativas), hoje a identidade se revela mais enquanto um processo seletivo que admite escolhas múltiplas e simultâneas (ser isto e aquilo ao mesmo tempo), colocando em cheque as abordagens de investigação baseadas em dicotomias e pares de opostos.

A identidade é, antes de tudo, um processo de construção de imagem, orientado por valores determinados, cabendo à memória o papel de referência do indivíduo e da coletividade nos processos de mudança intrínsecos à existência humana. Por consequência, as identidades

culturais são também caracterizadas por tipos de relação específicos entre a comunidade e seu ambiente, registradas na paisagem enquanto produto ou artefato cultural. Desta forma, justifica-se considerar o conceito de paisagem sob estes dois enfoques simultâneos e inseparáveis: imagem e processo histórico.

Sem desejar aprofundar uma discussão mais conseqüente sobre o assunto, mesmo porque tal tarefa foge aos objetivos do presente trabalho, pode-se afirmar que o universo da imagem se desdobra em dois domínios inseparáveis, já em sua gênese: o primeiro é aquele em que a imagem assume o papel de representação visual, signo dotado de certo grau de materialidade, como nas artes visuais, no cinema, na televisão, na fotografia, etc.; o segundo domínio, que surge de forma inevitável e simultaneamente ligado ao primeiro, é o da imagem como construção mental, tomando a forma de visões, fantasias, esquemas e representações mentais, também chamado de imaginário (SANTAELLA e NOTH, 1999).

Estudos no campo da percepção ambiental e da fenomenologia também enfatizam a importância da paisagem enquanto imagem, que muitas vezes se torna mais importante que o próprio significado de seus “invisíveis” processos de formação. Em outras palavras, a questão estética torna-se mais evidente que a ética envolvida nos processos de formação, adquirindo, desta forma, precedência.

*“ Extensão de posse, posse da extensão. A paisagem é um espaço onde a funcionalidade se dá em proveito de espetáculo estético. Para ver uma paisagem é necessário se estar distante, isto é, separado, exterior, espectador, como se pode estar de um cenário (décor), de uma cena. Espetáculo de uma harmonia, de uma natureza, de um tempo perdido, de uma história suspensa. Se inclui homens ou máquinas é como figurantes ou acessórios”*(RONAI, 1977 *apud* HOLZER, 1998).

As fronteiras entre os domínios da imagem e do processo histórico não são absolutas nem impermeáveis, de forma que, além da correspondência necessária entre a representação mental e a representação visual, torna-se possível a transposição de elementos de um domínio para outro. Assim, o componente imagético da paisagem está necessariamente submetido ao mesmo processo, funcionando simultaneamente enquanto representação visual (estética) e representação mental (ética e ideológica).

Observa-se, portanto, que a construção de um desenvolvimento sustentável é um processo que se baseia na compreensão da dinâmica cultural e identitária que envolve uma dada comunidade. Particularmente, no caso das comunidades tradicionais costeiras esse entendimento passa necessariamente pela definição da paisagem enquanto expressão da identidade e da memória de uma sociedade que se constrói a partir de sua estreita relação com o meio ambiente. Porém, as culturas tradicionais não podem ser tratadas como modelos fixos e simplificados de uma dada realidade. É necessário observá-las sob a perspectiva do pensamento complexo.

### **3. POR UMA VISÃO COMPLEXA**

A opção por uma visão complexa implica em considerar o que é ‘*tecido junto*’ (MORIN e LE MOIGNE, 2000), e admitir a noção do que Maturana e Varela (1995) chama de sistêmico, complementando as deficiências do reducionismo preconizado pelo pensamento cartesiano.

O pensamento complexo baseia-se na admissão de que os fenômenos, aparentemente conflitantes, na verdade são partes e todo de uma realidade. Considera-se a complexidade como aquela perspectiva que destaca a ligação entre os diferentes aspectos, processos e produtos de uma dada situação e a sinergia resultante das interações entre os componentes de um sistema.

Desta forma, o cerne da complexidade agregada (MANSON, 2001) repousa nas relações entre as entidades chaves, mais do que na definição de suas partes constituintes. Trata-se de compreender os vários níveis de interação, admitindo a convivência de diferentes forças lógicas que conectam sistemas a sub-sistemas, suportando diversidades internas baseadas nas relações entre global e o local, ao mesmo tempo em que se admitem relações quase que simbióticas entre espaço, ambiente e cultura.

Na verdade, a complexidade repousa na admissão desta possibilidade de entendimento da convivência simultânea de diferentes sistemas auto-eco-organizados, isto é, que sejam capazes de se manter como sistemas dinâmicos, não lineares e auto-gestores das variações produzidas e produtoras de uma dada realidade, de maneira sustentável. E está é a abordagem adotada no presente estudo de caso da Vila de Picinguaba.

A opção pelo estudo de caso como método de estudo se explica por sua adequação às pesquisas exploratórias que visam elucidar fenômenos contemporâneos não totalmente compreendidos, visando a geração de hipóteses que possam explicar uma determinada realidade (YIN, 1989), em que as fronteiras entre o fenômeno e seu contexto não são evidentes e repousam mais sobre indícios que certezas ou verdades.

Desta forma, admite-se aqui, enquanto premissa, que a leitura da paisagem constitui um registro eloquente da evolução de qualquer cultura ao longo de sua história, embora não seja suficiente para aferir todo o universo de seus traços característicos. Fica assim estabelecido o eixo sobre o qual foi desenvolvida esta investigação: o exame da paisagem enquanto expressão da memória e da identidade cultural de uma comunidade tradicional, a partir do confronto entre a realidade preconizada pelas políticas governamentais e a situação local real quanto à preservação do patrimônio cultural e ambiental da Vila de Picinguaba.

O estudo da dinâmica de formação da paisagem se realizou segundo uma aproximação simultânea de três perspectivas distintas, a saber:

- 1.O uso e ocupação da terra: entendida como tipologia de apropriação do espaço periodizada de acordo com as intervenções e propostas governamentais de tombamento e preservação. Tais dados foram obtidos por meio da interpretação de cartas, mapas, fotos aéreas, além da reambulação e levantamentos de documentação fotográfica.

- 2.O Território Normativo: rebatimento territorial da interpretação da legislação incidente sobre a área tombada e comparação com a situação atual, que forneceu elementos para o exame do grau de eficácia das medidas normativas vigentes.

3. A Paisagem Caiçara: o processo de tombamento do patrimônio cultural caiçara pelo CONDEPHAAT, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, admite como premissa que a paisagem é culturalmente produzida pelas comunidades tradicionais mediante uma estreita inter-relação com os processos e ciclos naturais. Desta forma, pressupõe-se a possibilidade de identificar o papel dos elementos

componentes da paisagem local no processo produtivo e sua apropriação pelo trabalho da população local, incluindo-se neste exame as características de uso e ocupação da terra e a arquitetura local.

O estudo, concluído em 2001, teve como foco destacar as implicações culturais e ambientais como aspectos fundamentais para o estabelecimento de parâmetros e alternativas de desenvolvimento sustentável.

#### **4. O CASO DA VILA DE PICINGUABA**

A Vila de Picinguaba se localiza no Município de Ubatuba, litoral Norte de São Paulo, quase na divisa com o Estado do Rio de Janeiro. Em 1983, o CONDEPHAAT, por meio da Resolução nº 7, estabeleceu o tombamento da Vila de Picinguaba enquanto *patrimônio histórico e ambiental da cultura caiçara*.

Cabe lembrar que a partir de 1979 o território da Vila foi incorporado na sua totalidade pelo Parque Estadual da Serra do Mar, enquanto área de preservação ambiental. Como dado suplementar, em 1996 a Vila contava com 440 habitantes<sup>2</sup>, sendo que extra-oficialmente, a *Sociedade Amigos do Bairro da Picinguaba* informava que, nesse mesmo ano, a Vila tinha 206 residências, sendo que aproximadamente 50% destas eram pertencentes a “turistas” (proprietários não residentes).

A resolução n.7 do CONDEPHAAT, referente ao tombamento dos aglomerados humanos de Picinguaba, afirma especificamente a necessidade de preservação das tradições caiçaras, inclusive a “*trama urbana...organicamente condicionada pela paisagem local*” e “*as soluções construtivas típicas da chamada arquitetura vernácula*” (sic.). Esta preocupação revela uma parcela das bases conceituais sobre as quais se estabeleceu o tombamento: a estreita relação entre patrimônio cultural, identidade cultural, memória social e paisagem.

Aqui, a referência conceitual é aquela da Geografia Cultural tradicional, cuja principal preocupação era compreender e identificar características relacionais entre culturas e meio-ambiente, principalmente no que diz respeito à expressão de valores culturais na paisagem: remete-se à idéia de que identidades culturais relacionadas a “*gêneros de vida*” específicos, produziriam “*paisagens culturais*”.

Porém, diante do caráter das transformações da vida social e econômica no mundo atual, torna-se questionável a adequação deste enfoque diante dos processos inerentes à globalização da economia mundial e da apropriação do território ocupado originalmente pelas populações tradicionais.

Não é mais suficiente a insistência no exame da produção e dispersão de artefatos culturais sobre a paisagem, ignorando a existência de conflitos sobre sua produção e consumo, bem como as implicações econômicas, sociais e políticas, envolvidas na construção do espaço social e da própria paisagem (McDOWELL, 1996).

---

<sup>2</sup> Dados do IBGE, 1996.

Além da já citada Resolução, incide sobre a Vila de Picinguaba, no tocante à preservação do patrimônio cultural e ambiental, um conjunto de decretos e regulamentações, do qual se destacam os seguintes:

- . Regulamento dos Parques Estaduais Paulistas- decreto 25341 /1986.
- . Decreto de Criação do Parque estadual da Serra do Mar - 10251 /1977.
- . Resolução nº40 do Condephaat.
- . Código Florestal - lei 4771 de 1965.
- . Resolução Conama n.4 / 1985.
- . Plano de Manejo das Unidades de Conservação - Parque Estadual da Serra do Mar. - Núcleo Picinguaba.

Entretanto, nem sempre a quantidade de normas e legislação é diretamente proporcional aos efeitos restritivos almejados, como será explicitado mais adiante. Um levantamento expedito realizado pela Secretaria do Meio Ambiente, entre os anos de 1992 e 1993 conseguiu identificar cinco diferentes modalidades de uso e ocupação da terra dentro da área do Núcleo Picinguaba:

- . *Área tradicional*: é a área de mata, roças, quintais e moradias, ocupadas pela população tradicional, ocupando aproximadamente 5% do total da área;
- . *Área de domínio particular*: ocupada por não moradores da região, mas com áreas definidas em campo e aceitas pelos moradores tradicionais, ocupando 25% do total da área;
- . *Área de domínio indefinido*: aproximadamente 4% do total da área;
- . *Área de ocupação mista*: a própria Vila de Picinguaba, com ocupação tradicional e de turismo; aproximadamente 1% do total da área;
- . *Área de domínio efetivo do Estado*: Fazenda Picinguaba, com 5000 ha., ocupando 62% do total da área do Núcleo. (SÃO PAULO, Secretaria do Meio Ambiente, 1998).

Tais dados indicam o caráter excepcional da Vila de Picinguaba dentro do contexto do território do Parque Estadual da Serra do Mar. Mas esse perfil único também apresenta características que proporcionam o pleno estabelecimento das modalidades e processos de ocupação resultante da especulação imobiliária em todo o litoral norte: a população nativa quando vende suas áreas de posse, normalmente não abandona a localidade, passando a ocupar as cotas mais altas.

A consequência disto é que a ocupação atinge a cota altimétrica de 80 m e até 100 m, em áreas com declividade entre 25 e 45 graus, que constituem áreas de preservação permanente pela legislação vigente. Essa ocupação desordenada também atinge o curso de córregos e nascentes, com a retirada da vegetação ciliar.

Nas temporadas de férias, o abastecimento de água já é insuficiente, e torna-se motivo de conflito entre a população local e os turistas. Tal fato deu origem ao comércio de pontos de captação de água nas cotas mais altas, inclusive com a cobrança de “taxas de vigilância”, pois é comum o desligamento, corte intencional ou troca dos pontos de captação para as residências.

Deve-se lembrar que a criação do Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar, em 1985, tinha como um de seus principais objetivos compatibilizar a presença das comunidades caiçaras e a conservação ambiental, de acordo com o postulado que afirma a relação de necessária complementaridade entre bio-diversidade e sócio-diversidade. Ao ser instalado, o



Núcleo deixou aos moradores a escolha de permanecer na área (obedecendo a determinadas regras), ou deixá-la em troca de uma indenização.

Ocorreu que as restrições às atividades tradicionalmente praticadas pela comunidade, baseadas no aproveitamento dos recursos naturais locais, inviabilizou o modo de vida tradicional dessas populações, e por consequência precipitou a transformação do modo de ocupação do território da Vila.

A falta de articulação política entre a administração municipal, os representantes da comunidade e a administração do Parque, levaram à paralisação das iniciativas tomadas no sentido de melhorar a situação e qualidade de vida da população local, então já formada por uma mistura de indivíduos da comunidade remanescente com turistas recém-chegados.

Uma das consequências foi que o confronto da situação real da Vila com a idéia de comunidade tradicional adotada como critério para identificar a população legalmente autorizada a permanecer no interior do parque, provou ser contraditório e nebuloso. O modo de vida local e o cenário social se amoldaram e se adaptaram às condições a que foram submetidos, reproduzindo em escala local os processos característicos da economia urbana mundial, mais claramente expresso, neste caso, pelo virtual loteamento de todo o território da Vila, área de preservação ambiental e cultural, oficialmente tombada.

Assim, torna-se flagrante a disparidade entre objetivos e meios para a real efetivação das propostas do tombamento. Seja pela crônica falta de verbas e estrutura no gerenciamento do patrimônio cultural, seja por conflitos burocráticos e políticos de diversas magnitudes, o processo de tombamento da Vila de Picinguaba, apesar de todas as intenções, não logrou alcançar seus objetivos, como atestam os relatórios de vistoria realizados pouco tempo depois da oficialização do tombamento.

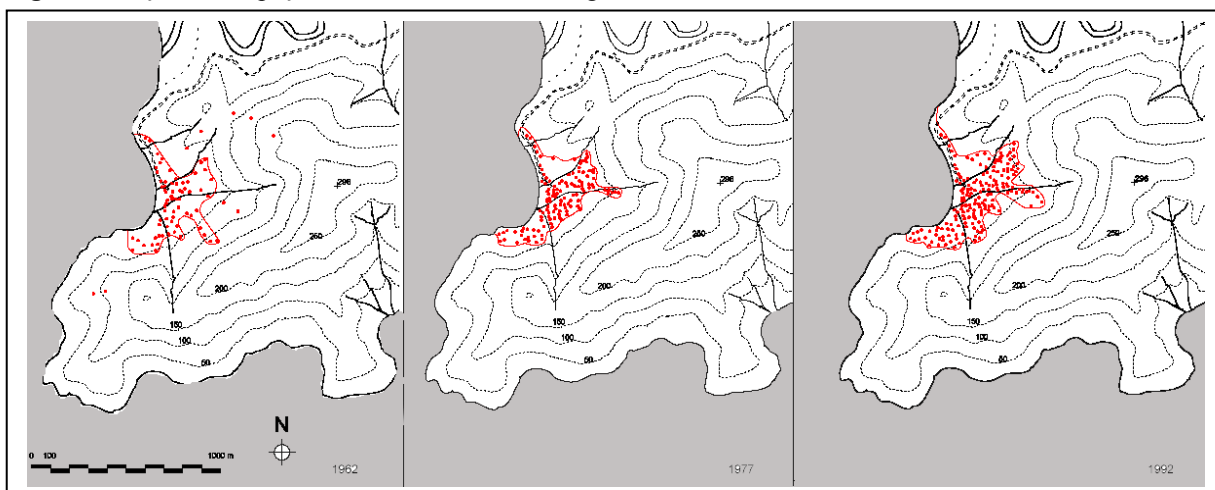
## **5. RESULTADOS**

As iniciativas de preservação relativas ao patrimônio paisagístico de forma geral buscam uma correspondência e uma coerência entre o significado histórico da paisagem e sua respectiva imagem, guardando uma relação clara entre processo e produto. Portanto, por meio do exame do grau de convergência destes dois fatores é que se podem obter parâmetros para avaliar a eficácia de quaisquer medidas de preservação. Assim é construída a paisagem: a partir de dois enfoques simultâneos: a imagem e o processo histórico.

Considerado apenas no sentido de imagem, abre-se a possibilidade de entendimento do conceito de paisagem enquanto artefato apropriável pela mídia e pelo mercado, ou nos termos de Debord (1991), a imagem mediatizada, a imagem mercadoria, a imagem como afirmação da totalidade da vida social reduzida a aparência, despida dos valores cognitivos que permitem a sua apropriação enquanto referência do desenvolvimento das identidades culturais.

Por este ângulo, necessariamente reducionista, a paisagem se apresenta enquanto espetáculo, mostrando características potenciais plenas para o aproveitamento mercantil por meio da mídia e do turismo, como podemos comprovar através do exame cronológico dos processos de uso e ocupação da terra na Vila de Picinguaba, conforme fig.1.

**Fig.1:** Evolução da ocupação da terra na Vila de Picinguaba em 1962, 1977 e 1992.



Fonte: GERALDES, 2001.

No mesmo sentido, Sautter (1979) reafirma a espetacularização da paisagem como estratégia mercadológica:

*“A recuperação da paisagem pelos meios de informação modernos e da comunicação em escala industrial é flagrante. Existe uma leitura sociológica evidente dos fenômenos: a paisagem como meio de afirmação e dominação de grupos sociais privilegiados, a paisagem que se vende e se faz vender, a paisagem elaboração de classe e objeto de mercado”(p.48).*

A valorização mercadológica do espaço submetido a processos de preservação também constitui uma questão problemática, uma vez que a relativa escassez de áreas dotadas de recursos paisagísticos realmente preservados, abre um amplo leque de possibilidade de usos futuros. Ora, esta é exatamente a situação ideal para a implementação dos mecanismos e processos econômicos espacializados: a especulação imobiliária.

Coloca-se assim uma situação paradoxal, uma vez que as iniciativas de preservação (seja ela ambiental, cultural ou histórica) levam necessariamente à criação de um espaço diferenciado, e portanto valorizado em termos de mercado, transformando automaticamente o direito de habitar tal espaço em privilégio: a possibilidade de materializar na própria paisagem suas características de imagem mental, desejo, fantasia.

Tal situação toma proporções mais graves na medida em que não existe uma correspondência entre o discurso preservacionista e uma prática eficiente: o que se configurava, a princípio, como medida de oposição à especulação imobiliária, o processo de tombamento, transformou-se em fator de atração.

*“O litoral também particulariza-se, modernamente, por uma apropriação cultural que o identifica como espaço de lazer, por excelência, e os espaços preservados são, hoje, ainda mais valorizados neste sentido. Isto sustenta uma das indústrias litorâneas de maior dinamismo na atualidade, qual seja a que serve às atividades turísticas e de veraneio.” (MORAES, 1999,p.18)*

Seria ingênuo imputar apenas ao turismo a culpa pela transformação da paisagem em objeto de consumo, pelo desaparecimento das culturas tradicionais, pela destruição da paisagem cultural local. Os valores que regem a lógica de consumo generalizado, inclusive o consumo do espaço, estão ostensivamente presentes na mídia, sendo reproduzidos de forma quase automática na vida cotidiana e nas relações sociais. Neste contexto, os lugares preservados são mercadoria rara e cara, e a paisagem é entendida apenas como uma imagem cenográfica ideal, passível de ser avaliada quantitativamente, valorizada financeiramente e comercializada para um mercado exclusivo e seleto.

As transformações da paisagem da Vila de Picinguaba obedecem a tal lógica. São os resultados das próprias transformações sociais e econômicas ocorridas ao longo do tempo, proporcionadas principalmente pela acessibilidade. Deve-se entender esta acessibilidade enquanto *possibilidade de acesso a lugares e informações*, sendo resultado da evolução tecnológica dos meios de comunicação e transporte. O aumento progressivo desse grau de acessibilidade traz como consequência a possibilidade de integração dos espaços mais isolados ao contexto sócio-econômico regional e nacional, geralmente num ritmo incompatível com aquele ligado às tradições e modos de vida consolidados historicamente. Não se deve esquecer que na medida em que se abrem vias e canais de acesso, estes funcionam tanto como caminhos de entrada quanto de saída: a abertura da BR-101, no caso da Vila de Picinguaba, abriu a possibilidade para um acesso mais fácil do turismo, ao mesmo tempo em que proporcionou à população local maiores possibilidades de acesso a outros lugares e informações.

No caso de Picinguaba, o grau de acessibilidade alcançado em meados da década de 70 foi suficiente para a integração do território da Vila no contexto das políticas de turismo que começaram a ser implantadas na região. Pode-se entender as medidas de preservação oficiais, seja o decreto de implantação do Parque Estadual da Serra do Mar, seja o tombamento do patrimônio cultural da Vila de Picinguaba, como componentes de um discurso que tentaria oferecer formas legais de resistência e controle à ocupação indiscriminada e desordenada do litoral. Novamente, o discurso desvinculado da prática se provou insuficiente e ineficaz. Principalmente quando as ambições envolvidas propunham a preservação de um patrimônio cultural de uma população cujo modo de vida já se encontrava em pleno processo de transformação.

Lembremos a advertência de Durham (SÃO PAULO, 1976), constante do próprio processo de tombamento, de que um patrimônio cultural que não permita sua atualização por meio de novos usos e novas significações está fadado ao desaparecimento.

De qualquer forma, constatou-se no próprio desenvolvimento da investigação que a análise da evolução da arquitetura e das formas de urbanização constitui um método bastante eficiente para compreender os processos de transformação ocorridos no espaço e na paisagem da Vila de Picinguaba, independentemente do grau de preservação em que se encontram.

Dos elementos componentes da paisagem local hoje, muito poucos mantêm uma ligação com o legado cultural caieira. Estes são geralmente instalações e edificações especificamente ligadas à atividade pesqueira artesanal, praticada ainda hoje no local. Curiosamente, destes, os mais significativos são os ranchos de pesca implantados na praia, ainda construídos com técnicas e materiais tradicionais, mas que não existiam até a data do tombamento, conforme constatado pela documentação fotográfica. Disto, conclui-se que as iniciativas de preservação implantadas nada têm a ver com a sobrevivência deste tipo de edificação, mas que sua existência se deve a uma

necessidade ainda presente, embora sob um contexto totalmente diverso: agora o consumidor de tal produção pesqueira, por exemplo, já não é mais o próprio pescador e sua família, mas principalmente o turista, mais ávido pelo espetáculo da pesca de arrasto que pelo alimento em si.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato são os fatores de ordem pragmática e de efeito sensível na qualidade de vida local que se impõem aos habitantes das áreas preservadas: as medidas preservacionistas não garantem uma real possibilidade de melhoria da qualidade de vida, ou um acesso facilitado ao consumo. A situação se torna muito mais eloquente se for tomada por base comparativa a qualidade de vida e os hábitos de consumo dos turistas que visitam a região. Neste caso, resta à população local buscar qualquer possibilidade de aumento de renda oferecido, independentemente de tradições, costumes, ou valores culturais a serem preservados: a lógica da sobrevivência se impõe.

Coloca-se, assim, uma condição essencial, e de difícil equacionamento, para a implantação de medidas preservacionistas e projetos de desenvolvimento sustentável: a de que eles, de alguma forma, resultem em uma melhoria da qualidade de vida do habitante local, sem ceder às soluções fáceis, espetacularizadoras, midiáticas, como a de adotar convenientemente o estereótipo de uma identidade cultural caçara, por exemplo, e *fabricar* um “*autêntico habitat nativo*”, com direito a aldeia de pescadores, arrastão e demais facilidades *vernaculares* e *folclóricas*. Patrimônio cultural não é, nem poderá ser reduzido à condição de parque temático.

*“A questão da identidade (no caso, sua marca no espaço) não poderá ser equacionada pela via folclórico-turística, caminho que seduz comerciantes e desavisados. É preciso que se entendam sempre as mudanças no meio ambiente como uma relação social, na qual todas as inovações ficam diretamente ligadas à mudança social (Castells, 1972:87)....o sentido da forma só pode ser formulado pela inserção social (e não pela linguagem estética);...” (YÁZIGI, 2001, p.238).*

Fica claro que a única modalidade efetiva de preservação da paisagem, em sua definição mais ampla (aquela que pressupõe a convergência entre processo histórico e imagem) enquanto patrimônio cultural, implica necessariamente na sua apropriação através da atividade humana, em oposição à sua função puramente cenográfica ou espetacular. Agregue-se a tal processo o necessário respaldo de medidas e práticas político-administrativas que garantam a re-apropriação do espaço público pelo uso comum, sobretudo o uso produtivo como base para os projetos de desenvolvimento sustentável.

Este processo constitui exatamente o caminho inverso daquele que se desenvolve por todo litoral norte de São Paulo, inclusive Picinguaba, onde o espaço público vai paulatinamente sendo privatizado. A situação atual que se coloca de fato na Vila de Picinguaba diz respeito não mais à preservação de um patrimônio cultural, mas de patrimônios particulares, caracterizados por um extraordinário potencial comercial e turístico. Paradoxalmente, é esta mesma situação que fornece uma parcela considerável dos postos de trabalho do lugar, seja na construção civil, seja nos serviços domésticos e zeladoria das casas de veraneio.

Na re-apropriação do espaço comum está em jogo a possibilidade do desenvolvimento sustentável em bases locais. A acessibilidade, entendida enquanto acesso aos meios de comunicação, circulação e transporte, permitiu a aceleração das transformações econômicas e sociais, de modo que a discussão sobre a existência hoje daquele caçara apontado pelo

tombamento do CONDEPHAAT se torna inócua. Existe uma óbvia impossibilidade prática de restaurar as condições econômicas e sociais encontradas na Vila de Picinguaba até o ano de 1975, em razão da qual se configuravam a identidade cultural e a paisagem local, alvos do tombamento.

A real questão diz respeito à possibilidade de criação de um contexto sócio-espacial capaz de dar origem àquela identidade de projeto proposta por Castells (1999,p.24), onde os atores sociais, apropriando-se do material cultural disponível constroem uma nova identidade que resulte na redefinição de sua posição social. Tal processo dá origem ao *sujeito* definido por Touraine (*apud* CASTELLS, 1999), capaz de criar uma história pessoal através da atribuição de significado às suas experiências e vida pessoal.

É certo que tal processo só pode ter início por meio da reabilitação do espaço social enquanto núcleo da vida comunitária, configurando uma situação de início de construção da cidadania. Repousa na recuperação do espaço público a primeira condição para uma reabilitação e futuro desenvolvimento sustentável com bases em um patrimônio cultural, histórico e paisagístico realmente significativos.

Desta forma, evidencia-se que a desconsideração das relações entre as diferentes dimensões de sustentabilidade, além de fragilizar as diretrizes governamentais de gestão, coloca em cheque as possibilidades de soluções eficazes de desenvolvimento sustentável.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂNDIDO,A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro. José Olympio, 1964.

CASTELLS,M. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. Lisboa: Mobilis in Mobile, 1991.

FRANÇA,A.A **A Ilha de São Sebastião. Estudo de Geografia Humana**. São Paulo: Bolet. 178, FFLC USP Geografia n.º10, 1954.

GERALDES, E.A.S. **Paisagem, identidade e memória: Vila de Picinguaba**. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, FFLCH USP.

HOLZER, W. **Um Estudo Fenomenológico da Paisagem e do Lugar: a Crônica dos Viajantes no Brasil do Século XVI**. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado) - FFLCH / USP.

LARAIA, R. **Cultura: Um Conceito Antropológico**. 8.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

MANSON, S.M. Symplifying complexity: a review of complexity theory. **Geoforum**, v.32, n.3, p. 405-414, Aug. 2001.

MATURANA, H.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento**. Campinas: Psy, 1995.

McDOWELL, L. A transformação da Geografia Cultural. In: GREGORY *et al.* **Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

- MORAES, A.C.R. **Contribuições para a Gestão da Zona Costeira do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MORIN, E. ; LE MOIGNE, J-L. **A inteligência da complexidade**. 2.ed. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Nobel, 1993.
- SANTAELLA, L.; NOTH, W. **Imagem**. São Paulo: Iluminuras, 1999.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SÃO PAULO. CONDEPHAAT. **Processo n. 20133/96**.
- SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente. **Macrozoneamento do Litoral Norte**: plano de gerenciamento costeiro. São Paulo: 1996.
- SAUTTER, G. **Le Paysage comme Connivence**. Herodote, v.16, 1979.
- UNESCO. Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. **Nossa diversidade criadora**. Brasília: Unesco Brasil e Papiros, 1997.
- UNITED NATIONS WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our Common Future**. New York: United Press, 1987.
- VIERTLER, R.B. **Ecologia Cultural**. São Paulo: Ática, 1988.
- WILLEMS, E. **Buzios Island - A Caiçara Community in Southern Brazil**. Seattle: Washington Press, 1952.
- YÁZIGI, E. **A alma do lugar**. São Paulo: Contexto, 2001.
- YIN, R.K. **Case study research: design and methods**. Thousand Oaks: Sage, 1994.